

SEG VIAJAR
TER POP
QUA VISUAIS
QUI CENA/GASTRONOMIA
SEX FIM DE SEMANA
HOJE LETRAS
DOM TELEVISÃO

atarde.com.br/caderno2mais

Como funcionam as parcerias com governos do estado e prefeituras?

Esta é a terceira edição dos Arranjos e um convite aos governos de estados e prefeituras das capitais para firmarem parceria com a Ancine e o Fundo Setorial do Audiovisual. Nós lançamos o primeiro em 2014, o segundo em 2015 e agora estamos lançando o terceiro. Nessa edição nós estamos investindo R\$ 100 milhões. A gente abriu uma convocatória, o estado nos apresenta uma proposta de parceria, nessa proposta ele diz quanto vai investir, sem filmes, sem séries, sem comercialização de obras. Para este ano, a gente abriu também para projetos de capacitação de mão de obra técnica para o mercado audiovisual. E com base no volume de recursos que ele aporta, a Ancine multiplica o valor. Então, para cada R\$ 1, a gente coloca R\$ 2, no Norte, Nordeste e Centro-oeste. No Sul, Minas e Espírito Santo para cada R\$ 1 a gente coloca um R\$ 1, 5. São Paulo e Rio, para cada R\$ 1 a gente coloca R\$ 1. A partir daí a gente pode colocar até R\$ 10 milhões do Fundo Setorial do Audiovisual sempre levando em conta quanto o estado, quanto a prefeitura da capital colocaram. E a partir daí se lança o edital que é todo comandado pelo governo ou pela prefeitura.

Em Salvador vai ter parceria com a prefeitura também?

A convocatória é aberta. Em 2014 vieram o governo do estado e a prefeitura. A Bahia participou com dois editais, um comandado pelo Irdeb, que selecionou 11 projetos, e um comandado pela Fundação Gregório de Mattos, que contemplou quatro projetos. Na segunda convocatória só veio o governo do estado, através da Secretaria de Cultura, que contemplou quatro projetos.

A Bahia tem sido beneficiada no âmbito dos editais da Ancine em geral...

A Bahia tem tido uma presença ativa nos nossos vários editais. Nós, agora, em 11 de novembro, divulgamos o resultado do Prodecine-5, que é uma linha dedicada a filmes de longa-metragem de inovação, que tem dois projetos da Bahia contemplados. O longa de ficção *A Pele Morta*, da produtora Aracá Azul, direção de Geraldo Moraes, e o projeto *Rio de Vozes*, que é um documentário da produtora Santa Luzia Filmes, com direção de Andrea Santana e Jean-Pierre Duret. Tivemos também no edital de TVs públicas – foram 94 no país inteiro, 57 na segunda –, sete obras audiovisuais são de produtoras da Bahia. Dos 69 Núcleos Criativos, que são núcleos de desenvolvimento de roteiro e formato nas empresas de audiovisual, que ajudam a estruturar melhor as empresas a dar consistência aos projetos desenvolvidos, são quatro núcleos criativos sítidos na Bahia. As ganhadoras foram Ondina Filmes, Nova Continental Produções, DPE Produções e Origem Comunicação. Então, você vê que a Bahia tem participado ativamente das nossas convocatórias. Os Arranjos Regionais potencializam esse apoio, mas o estado também participa das várias convocatórias nacionais que a gente tem feito.

A Ancine tem 15 anos de criação. Há 10 anos o Sr. está como



Obra de Antonio Miranda / Uefs Bahia / Divulgação

EXPOSIÇÕES NO ZUMBIDO NO MUNCAB

Obras doadas ao Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira (Muncab), localizado no Centro Histórico, fazem parte da mostra Salão de Doações. Em destaque, telas, esculturas, fotografias e outros objetos. Um show com Paulinho da Viola fechará a celebração do Mês da Consciência Negra pelo Museu.

MÚSICA CANTOR AL JARREAU ESTÁ ENTRE ATRAÇÕES DO FESTIVAL DE TRANCOSO

ENTREVISTA Manoel Rangel, diretor da Ancine

“A POLÍTICA PARA O AUDIOVISUAL TRANSCENDE OS GOVERNOS”

ADALBERTO MEIRELES

Especial para A TARDE

A terceira edição da Chamada Pública de Arranjos Financeiros Estaduais e Regionais trouxe a Salvador o diretor-presidente da Agência Nacional de Cinema - Ancine, Manoel Rangel, que fez o lançamento oficial quinta-feira à noite na 3ª Reunião Ordinária Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Cultura, no Palacete das Artes. A linha de ação integra o Programa Brasil de Todas as Telas e se propõe a financiar projetos de filmes e séries de TV selecionados em editais, em parceria com órgãos e entidades da administração pública do Distrito Federal e dos governos estaduais e prefeituras das capitais das Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul e dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Remanescente do governo Dilma, Rangel, que está no cargo há 10 anos, cumpre mandato até maio de 2017. Em entrevista exclusiva a A TARDE, ele explica como funcionam os chamados Arranjos Regionais, fala sobre os quase 15 anos de criação da Ancine e das políticas implementadas para o setor do audiovisual. Em destaque, temas como o salto da TV paga desde então, a frequência às salas de cinema no Brasil, a digitalização do parque exibidor, a questão do recolhimento da Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional) pelas empresas de telefonia e o fenômeno da chegada dos serviços de vídeo sob demanda (VOD).



Ancine / Divulgação

diretor presidente da agência. De lá para cá o que mudou no cenário do audiovisual brasileiro?

Mudou muita coisa, porque o mundo mudou, o Brasil mudou, e nós tivemos a oportunidade de construir uma política de estado para o setor audiovisual. Posso lhe dar alguns números que são bons exemplos de como nós evoluímos nesses anos. Quando a Ancine foi criada, quando ela foi instalada, em fevereiro de 2002, o Brasil tinha 1.635 salas de cinema. Hoje tem 3.126 salas de cinema funcionando. O Brasil, em 2002, exibiu 30 filmes de longa metragem. Em 2015, exibimos 129, e este ano nós já superamos 130 filmes. Em 2002, o Brasil vendeu 8 milhões de ingressos de filmes brasileiros. Em 2015 foram 22 milhões. Nós vendemos no total de ingressos em todo o mercado de cinema, em 2002, 80 milhões. No ano passado, o Brasil vendeu 173 milhões. Este ano vai vender 190 milhões.

E quanto à TV paga?

Na TV paga, um outro exemplo, nós tínhamos, em 2002, 3, 6 milhões de as-

sinantes. Em outubro de 2016 temos 19, 6 milhões. No primeiro ano da Ancine, foram licenciadas 200 obras brasileiras para serem exibidas em canais de TV paga. No ano de 2015, foram 3.600 obras. Em 2002, nós tínhamos só um canal que exibia conteúdo brasileiro na TV paga. Atualmente, temos 100 que exibem conteúdo brasileiro de produção independente, sendo que 20 deles exibem três horas diárias e quatro exibem 12 horas diárias de conteúdo brasileiro. Ou seja, mudou muito, profundamente. Nós passamos a ter o marco regulatório da TV paga, que permitiu o crescimento e levou o conteúdo brasileiro para ser transmitido na TV paga. Nós passamos a ter um fundo público de desenvolvimento do setor audiovisual, alimentado com recursos da própria atividade. Nós passamos a ter uma política ativa de crescimento tanto do mercado da TV paga quanto do mercado de salas de cinema, porque eram dois mercados relativamente pequenos de audiovisual no Brasil, o grande sempre foi o da TV aberta e era, na

A Bahia tem tido presença ativa nos nossos editais. O Prodecine-5 tem dois projetos da Bahia

O Brasil mudou, e nós tivemos a oportunidade de construir uma política de estado para o audiovisual

Não cabe ao estado dizer que filmes devem ser feitos, muito menos o que cada um deve assistir

época, o de mercado de DVD. Hoje, o mercado de DVD praticamente desapareceu, perdeu força, por razões tecnológicas, mas nós crescemos nesses vários outros segmentos de televisão e do mercado audiovisual.

O que possibilitou esse crescimento?

LEIA A ENTREVISTA NA ÍNTEGRA NO A TARDE ON LINE

CAIXA CULTURAL apresenta

17, 18 E 19 ÀS 20H
20 ÀS 19H
NOVEMBRO
CAIXA CULTURAL SALVADOR
Rua Carlos Gomes, 57 - Centro

Estacionamento gratuito ao lado

Informações 3421.4200

Ingressos R\$ 10 e R\$ 5

#AgoraMaisCultura

Plataforma de distribuição de conteúdo audiovisual da Caixa Cultural

GRUPO BOTEQUIM

CAIXA CULTURAL